



PABLO GIOVANNI (INTERINO)  
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

## Governo federal acelera estudos para VLT entre Brasília e Luziânia

O governo Lula deu mais um indicativo de interesse em recuperar um terreno de 4,2 milhões de m<sup>2</sup> na região da antiga Rodoferroviária. A Infra S.A. — empresa pública federal que atua no setor de transportes — lançou uma licitação para a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do transporte de passageiros na rota entre Brasília e Luziânia (GO). Enquanto isso, o Governo do Distrito Federal (GDF) tem a intenção de construir um novo bairro na mesma área.

Além da licitação que irá estudar a ligação entre Brasília e Luziânia, a Infra S.A., a pedido do Ministério dos Transportes, pretende realizar estudos em outros cinco trechos estratégicos do país, com o objetivo de consolidar novas rotas de transporte de passageiros. É esperado que os estudos sejam concluídos até o fim do ano.

Em agosto, o *Correio* revelou o interesse do governo federal em recuperar o terreno. Na ocasião, foi informado que o governo Lula planejava reaver a área e, em parte dela, construir uma estação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Um dos indicativos desse interesse foi a publicação, em junho, no *Diário Oficial da União (DOU)*, prevendo um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a União,



CBTU/Divulgação

a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e o Governo de Goiás, para estudos, projetos, aquisições, implantação e operação do VLT, ligando Brasília a Luziânia.

Integrantes do governo do Distrito Federal disseram à coluna que a área comporta tanto o VLT proposto pelo governo federal quanto o bairro planejado pelo Executivo local, denominado Setor Oeste, que está em fase de contratação de projetos técnicos junto ao Exército. O terreno, de propriedade do GDF, foi cedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2020 à Força Armada, mas o governo Lula admite que pode revogar a doação.



Caio Gomez/CB/D.A. Press

### Executivo revisa Plano Plurianual e ajusta Orçamento

O governador Ibaneis Rocha (MDB) encaminhou à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) um projeto de lei que revisa o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027, aprovado pela Casa no fim do ano passado. A proposta prevê alterações no Anexo II, que trata da estruturação, base estratégica e detalhamento dos programas temáticos, além de seus respectivos atributos.

O projeto define as estimativas de receita e fixa as despesas do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2024. Conforme o PPA aprovado pelos distritais, o Orçamento do DF para o próximo ano é de R\$ 61,41 bilhões, incluindo as receitas próprias e o repasse do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). As mudanças propostas também afetam as projeções para os anos seguintes: R\$ 66,8 bilhões em 2025; R\$ 68 bilhões em 2026; e R\$ 71 bilhões em 2027.

Nelson Jr./SC/STF



### STF analisa inconstitucionalidade de lei distrital sobre porte de armas

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei 7.065/2022, que concede porte de armas de fogo a atiradores desportivos no Distrito Federal. O relator da ação, ministro Nunes Marques (foto), votou pela inconstitucionalidade da norma, sendo seguido pelos ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin.

Segundo o relator, a competência para legislar sobre porte de armas é exclusiva da União. Ele afirmou que o STF declarou inconstitucionais normas municipais e estaduais que ampliavam o acesso ao porte de armas além do previsto na legislação federal. "A lei distrital impugnada invade matéria de competência exclusiva da União e cria presunção de necessidade para atiradores desportivos sem respaldo na legislação geral", escreveu Nunes Marques.

A ação foi proposta pelo PSol, que questionou a constitucionalidade da lei. A Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestaram contra a validade da norma. Os ministros podem se manifestar na ADI até amanhã.

Ricardo Stuckert/PR



### Lula tem até novembro para nomear nova Reitoria da UnB

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem até 22 de novembro para nomear a nova Reitoria da Universidade de Brasília (UnB) para o período 2024-2028. Na última semana, o conselho universitário aprovou a lista tríplice, com Rozana Reigota como primeira colocada, seguida por Márcio Muniz e Fátima Sousa.

A documentação ainda não foi enviada ao Ministério da Educação. Se aprovada, a nomeação será encaminhada à Casa Civil para o decreto presidencial.

O atual mandato da reitora Márcia Abrahão se encerra em 22 de novembro, e a nomeação da nova reitoria deverá ocorrer até essa data. Tradicionalmente, o presidente da República nomeia o candidato mais votado pela comunidade acadêmica.

### CLDF recua sobre ampliação de atribuições dos procuradores

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) decidiu recuar em relação ao projeto de lei que atualizaria as atribuições da Procuradoria da Casa, o que poderia resultar em reajustes salariais para os membros, elevando os vencimentos a até R\$ 43 mil, além da concessão de 60 dias de férias anuais.

A minuta do texto, articulada pelo procurador-geral da CLDF, previa a equiparação salarial com os procuradores do GDF e da União. O projeto também visava adaptar as funções dos procuradores, permitindo que eles defendessem os deputados distritais em processos judiciais.

Contudo, após repercussão negativa, a proposta foi suspensa e um grupo de trabalho será criado para estudar as possíveis adequações. Atualmente, a Câmara conta com 19 procuradores, cujos salários variam de R\$ 22 mil a R\$ 39 mil.

CLDF/Divulgação



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## » Entrevista | LEILA BARROS (PDT-DF) | PRESIDENTE DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE NO SENADO FEDERAL

Ao *CB.Poder*, a senadora afirmou que o caminho para resolver o quadro de queimadas no DF e garantir a sustentabilidade do meio ambiente é uma ação conjunta entre os Poderes, o governo local e a sociedade civil

# União para evitar danos irreversíveis

» JOSÉ ALBUQUERQUE\*

A situação climática do Brasil foi avaliada pela senadora Leila Barros (PDT-DF), presidente da Comissão do Meio Ambiente no Senado Federal, no *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília*, de ontem. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana Niederauer, a parlamentar disse que o caminho para resolver o quadro de queimadas no Distrito Federal é uma ação conjunta entre a União, o governo local e a sociedade civil. "Está na hora de a gente ter um diálogo responsável, sem paixões, sem campos, porque é importante para o Brasil", declarou.

### Qual o seu diagnóstico do atual momento ambiental no Brasil?

Preocupante. Tem tirado até um pouco do meu sono, da minha tranquilidade, porque, como você falou, é uma pauta que vem sendo muito falada pela academia e por ambientalistas durante anos, mas eu acho que ninguém deu a devida atenção, e isso não pode eximir o Poder Legislativo e os demais Poderes. Hoje, nós estamos vendo o atual governo ser duramente

criticado, mas eu tenho um contato direto com o Ministério do Meio Ambiente, e a gente sabe do empenho, da reconstrução dessa pauta, da estrutura da pasta, dos órgãos de conservação, de preservação, de fiscalização. A gente sabe que, nos últimos quatro anos anteriores, houve um desmonte. A emergência é real.

### Não é uma bandeira da esquerda, ou dos ecologistas, ou dos ecochatos, como costumam dizer?

Ela já traz danos à nossa saúde, à nossa fauna, à nossa flora e também à nossa economia. Nós estamos sendo duramente afetados. Safras estão sendo perdidas no interior de São Paulo, aqui na região Centro-Oeste; então, eu acho que está afetando a todos. A situação é muito preocupante.

### A senhora visitou o Parque Nacional de Brasília, esteve com Mauro Pires, presidente do ICMBio. Qual é a sensação de viver e de ver tão de perto essas queimadas?

Na verdade, o incêndio começou fora do parque, rapidamente se alastrou, e minha maior

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

preocupação é que ali estão as nossas fontes, as principais fontes que abastecem os reservatórios de Santa Maria e do Descoberto, que abastece 70% da população do Distrito Federal. A minha preocupação é clara: é o futuro, é a questão hídrica da nossa cidade e do nosso país. Já vivemos uma crise hídrica recente com racionamento de água em 2017, isso é uma

realidade. Os danos serão, talvez, irreversíveis se não abriremos os nossos olhos. Se não houver uma ação coletiva — não estou mais falando de um governo, não estou só falando de um poder —, se não houver uma ação coletiva entre os setores das sociedades, a própria sociedade civil e os Poderes, dificilmente nós vamos sair sem grandes danos.

**A senhora tem dois projetos de lei sugeridos na casa, que são considerados essenciais. Um deles está sendo bem debatido nesse momento, que é aumentar a pena para crimes ambientais, porque tanto o governo e até a nossa indústria aqui do DF está alertando para o fato de que esses incêndios são criminosos. Como estão as articulações para que esse projeto de lei avance?**

Nós sabemos que tem queimada todo ano. É igual dengue,

acontece de forma sazonal, a gente tem que se preparar. Não tem como você não trazer para o debate o proprietário rural. Muitos deles são honestos, são vítimas dessas queimadas dolosas. A Polícia Civil abriu 34 inquéritos com indícios claros de incêndio doloso, que também afeta esse produtor rural. Então, nós temos que trazer o produtor rural para ser um grande parceiro nosso. Além de, claro, a questão da pena. No Brasil, é tratado como um crime de menor potencial, a pena é de um a dois, três anos. Estamos mudando isso, passando a pena para de três a seis anos e, se for constatado que é doloso, ampliando as qualificações, que pode chegar a até 10 anos. Precisamos dar uma resposta enquanto legisladores. Nós não vamos ter um país com progresso e sustentável se continuarmos com esse dilema entre sustentabilidade e economia. É necessário unir essas pontas, está na hora de a gente ter um diálogo responsável, sem paixões, sem campos, porque é importante para o Brasil.

\* Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti